

O PARAÍSO DOS REMÉDIOS

Como opera a máfia que transformou o Brasil num dos campeões da fraude de medicamentos

Karina Pastore

É um dos piores crimes que se podem cometer. As vítimas são homens, mulheres e crianças doentes — presas fáceis, capturadas na esperança de recuperar a saúde perdida. A máfia dos medicamentos falsos é mais cruel do que as quadrilhas de narcotraficantes. Quando alguém decide cheirar cocaína, tem absoluta consciência do que coloca corpo adentro. As vítimas do que falsificam remédios não é dada oportunidade de escolha. Para o doente, o remédio é compulsório. Ou ele toma o que o médico lhe receitou ou passará a correr risco de piorar ou até morrer. Nunca como hoje os brasileiros entraram numa farmácia com tanta reserva. No passado, os falsificadores vendiam usque feito com álcool e corante no Paraguai, empurravam relógios e canetas falsas por intermédio de camelôs, até roupas de griffes famosas eram cortadas em oficinas de fundo de quintal. Nos últimos anos, os falsificadores descobriram o filão muito mais lucrativo do medicamento. Começaram timidamente. Hoje, o Brasil é um dos campeões mundiais da falsificação de remédios. Vendem-se aqui até drogas falsas para câncer, doenças do coração e infecções graves, como a meningite. “Ninguém sabe os números exatos, mas o Brasil está entre os países mais atingidos por essa máfia dos remédios”, diz o médico e professor da Universidade de São Paulo Antônio Carlos Zanini, consultor da Organização Mundial de Saúde. Quem pode estar seguro numa situação como esta, em que comprimidos, pílulas, xaropes ou injeções podem ser feitos com água, sal e algum pó sem nenhuma utilidade? “Ninguém está seguro”, afirma Zanini.



Aldomet, do Prodome, para hipertensão: feitas a partir de amostras grátis, as versões falsas eram vendidas em frascos de plástico e não em cartelas



O antibiótico **Amoxil**, da SmithKline/Beecham: nos remédios falsos, o azul do rótulo era bem mais claro do que o utilizado no medicamento verdadeiro



Espasmo Silidron em gotas, do laboratório Enila: o rótulo do frasco do antiflatulento falso era uma fotocópia da caixa do produto verdadeiro



Floxacina, antibiótico da Merck: os comprimidos falsificados não continham a substância básica do remédio e vinham em embalagens plásticas



Merthiolate, da Lilly: a versão falsa do anti-séptico não vinha em frasco de vidro, mas era acondicionada em embalagem plástica



O antiácido **Mylanta Plus**: para não gastar dinheiro com a impressão do rótulo sobre o plástico, colocaram a “droga falsa” em embalagem de vidro



O descongestionante nasal **Sorine**, do Aché: feita a partir de amostra grátis, a versão fraudada era vendida em embalagens menores, sem caixa e bula



Antiinflamatório **Tandrilax**, do Aché: os falsificadores juntaram os comprimidos das cartelas de amostra grátis em frascos de plástico

ÉDIOS FALSIFICADOS



Androcure, da Schering do Brasil: indicado para o tratamento do câncer de próstata, a "droga" fraudada era apenas farinha inócua



O broncodilatador **Brondilast**, do Aché: as cópias apreendidas, além de nenhum efeito terapêutico, apresentavam rótulos adulterados



O antibiótico **Floxinol**, do Millet Roux: feitas com base em amostras grátis, as fraudes eram vendidas em frascos maiores, com o rótulo adulterado



Geriaton, fortificante do Aché: os comprimidos falsos vinham em potes de plástico e não em cartelas, indício de que a fraude foi feita com amostras grátis



Vacina AP, da Novak, para tratamento de alergias: como a versão original, a fraude possuía lacre de alumínio, mas diferia da verdadeira no rótulo



O analgésico **Novalgina**, da Hoechst: a diferença entre o remédio verdadeiro e falso era a ausência, na falsificação, do termo "princípio ativo"



Trioxina, antibiótico para tratamento de infecções hospitalares, do laboratório União Química: o remédio falsificado não possuía nenhum efeito terapêutico



O analgésico **Tylenol**, da Cilag: a diferença básica entre as versões era o tamanho do frasco, porque até lacre de segurança a falsificação possuía

Verdadeiro ou falso?

Como se precaver contra a máfia dos remédios falsificados

- ▶ Examine o número do lote, a data de fabricação e o prazo de validade impressos na caixa. Esses dados devem ser idênticos aos marcados nas cartelas ou frascos do remédio.
- ▶ Outra observação na embalagem: a maior parte dos laboratórios imprime dados sobre o número de lote, fabricação e validade em baixo-relevo. Os fraudadores, porém, como tiram xerox da embalagem verdadeira, não conseguem esse efeito em relevo.
- ▶ Ainda na embalagem, verifique: se estiver escrito que o remédio é produzido em um determinado Estado do país e o farmacêutico responsável for registrado em outro Estado, tem sujeira na certa. A lei obriga o registro do farmacêutico no Estado em que a fábrica esteja instalada.
- ▶ Procure imediatamente seu médico se *aquele remédio que sempre foi eficaz* de repente parecer inócua, ou se seu quadro piorar.
- ▶ Jamais compre remédios em promoções ou liquidações. Nesse setor, é quase impossível baixar custos sem baixar a qualidade.
- ▶ Dê preferência ao medicamento recebido por seu médico. Não se deixe levar por *conversas do tipo*: "Esse aqui faz o mesmo efeito e é bem mais barato". A "empurroterapia" é o forte dos falsários.
- ▶ Evite comprar remédios por unidade (um comprimido em vez da caixa completa).
- ▶ Prefira as grandes redes de drogarias. Nelas, é quase nula a chance de comprar remédios fraudados. Os clientes preferenciais das quadrilhas são as farmácias pequenas.
- ▶ Em todo medicamento idôneo, o fabricante fornece, na caixa, o endereço e o número do serviço de atendimento ao consumidor. Na dúvida, use-o.

As estatísticas sobre o tamanho da indústria das fraudes são disparatadas, como em geral acontece nas avaliações de atividades clandestinas e ilegais. Zanini estima que 10% de todo o faturamento do setor farmacêutico no Brasil esteja indo para o bolso da máfia. Isso representaria algo como 1 bilhão de reais por ano. Os técnicos mais pessimistas calculam que se vendam vinte medicamentos falsos em cada lote de 100. Mesmo que a situação seja menos dramática — e não parece ser, a se julgar pelo número de casos que aparecem diariamente na televisão —, há vítimas espalhadas por todo o país e um risco efetivo para quem está em busca de alívio para um mal qualquer. “Temos de denunciar e apurar essas práticas criminosas”, diz o biólogo Oscar Berro, diretor do Laboratório Nacional Noel Nutels, um dos mais respeitados na análise de drogas fraudadas.

Alergia e morte — Um dos maiores trunfos da máfia dos remédios falsos é o silêncio que os próprios laboratórios mantêm em torno do problema, com receio de que a discussão pública do tema afaste os brasileiros de seus produtos. “Quando descobrem que estão sendo alvo de falsificações, muitas empresas preferem calar-se a denunciar a fraude. O resultado é que se tornam uma espécie de cúmplices do crime”, afirma Pedro Paulo Pinho, chefe da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Saúde Pública, no Rio de Janeiro. Raros são os laboratórios a levantar a voz. Em 1994, uma funcionária da rede de supermercados Makro, em São Paulo, foi medicada com o antialérgico Fenegan, da multinacional francesa Rhodia. Em vez de melhorar, a moça piorou e quase morreu. O medicamento era falso. Imediatamente, a Rhodia espalhou

40 000 cartazes pelas farmácias advertindo para a circulação de um lote de Fenegan fajuto.

A gigante Johnson & Johnson passou por problema mais grave nos Estados Unidos e adotou atitude semelhante. Em fevereiro de 1986, depois de tomar duas cápsulas de Tylenol, versão extraforte, a secretária Diane Elstroth, de 23 anos, morreu. A necrópsia encontrou vestígios de cianeto no estômago de Diane. Menos de uma semana depois, outros cinco comprimidos envenenados foram encontrados num subúrbio de Nova York. A própria presidência da Johnson & Johnson coordenou os trabalhos de suspensão das vendas e de retirada do Tylenol do mercado. Nessa operação, perdeu 100 milhões de dólares, mas a rapidez e a seriedade com que a empresa tratou a crise foram essenciais para garantir-lhe a credibilidade. No ano seguinte, os balanços da Johnson & Johnson já apontavam a recuperação de todo o prejuízo. Ninguém está livre dessas surpresas desagradáveis tanto no campo da fabricação de remédio quanto em outra atividade qualquer. A diferença é a maneira como a empresa atingida reage durante a crise.

Na semana passada, a rede de televisão americana CNN retratou-se publicamente por um erro grave de reportagem, publicada também na revista *Time*. Essa reportagem fazia uma revelação sensacional: durante a Guerra do Vietnã, dizia o texto, o governo dos Estados Unidos usou o gás venenoso sarin para matar dezenas de soldados americanos desertores. Era tudo falso (veja reportagem na pág. 55). A retratação é sempre dolorosa e até humilhante, mas não há outro caminho a seguir para quem quer manter sua reputação. “Pedimos desculpas a nossos telespectadores. O sistema de che-

Terreno fértil para a fraude

Alguns dos motivos que facilitam o comércio de remédios ilegais

- ▶ A população brasileira é a quarta maior consumidora de medicamentos do mundo. Perde apenas para os americanos, franceses e alemães
- ▶ Há no país uma quantidade exagerada de farmácias — 55 000 —, quando o número ideal segundo a OMS seria de, no máximo, 25 000
- ▶ No Brasil, de cada duas pessoas, uma é adepta da automedicação
- ▶ Há lei mas não há fiscalização. De cada três remédios vendidos no país, apenas um é receitado por médico
- ▶ Os brasileiros são supermedicados. Um cidadão sadio consome, nos países desenvolvidos, em média, três caixas de remédio por ano. Aqui, o mesmo cidadão sadio consome onze
- ▶ Metade dos medicamentos prescritos é desnecessária. A maioria é contra gripe

Fontes: Ministério da Saúde, Abifarma e Antônio Carlos Zanini, professor da USP e consultor em medicamentos da OMS

“Assumimos que erramos”

Diretor-presidente do laboratório Schering do Brasil, que fabrica o anticoncepcional Microvlar, o executivo alemão Rainer Bitzer, de 47 anos, recebeu VEJA em seu escritório na última quarta-feira. Tentava explicar o escândalo das pílulas de farinha, no qual embalagens de teste do laboratório, trazendo placebo no lugar do medicamento, chegaram misteriosamente às farmácias. Bitzer diz que não sabe como isso aconteceu e admite que a empresa cometeu vários erros.

Veja — Quando vocês receberam a primeira denúncia?

Rainer Bitzer — Uma carta anônima chegou aqui no dia 20 de maio.

Veja — Quando o senhor, presidente da empresa, tomou conhecimento do fato?

Bitzer — Eu só fui saber dois ou três dias depois da denúncia. Mais ou menos no dia 23 de maio.

Veja — Se o senhor fosse comunicado no mesmo dia, poderia mudar alguma coisa?

Bitzer — Não. Acho que não adiantaria muito.

Veja — Que providências o senhor tomou depois de receber a carta?

Bitzer — Começamos uma investigação interna.

Veja — Quanto tempo durou essa investigação?

Bitzer — Duas semanas.

Veja — E não descobriram nada?

Bitzer — Nada.

Veja — Só então resolveram passar o caso para a polícia?

Bitzer — Isso mesmo.

Veja — Que dia vocês comunicaram à polícia?

Bitzer — Dia 19 de junho.

Veja — Exatamente no dia em que o Jornal Nacional levava ao ar a primeira reportagem sobre as pílulas de farinha?

Bitzer — Sim. Mas foi mera coincidência.

Veja — Entre a primeira denúncia que o senhor recebeu e a queixa à polícia, passaram-se então trinta dias. Por que a queixa não foi feita imediatamente?

Bitzer — Queríamos reunir o máximo de documentação e entregar depois para a polícia trabalhar.

Veja — Por quê?

Bitzer — Não queríamos causar o pânico de agora sem antes saber o tamanho do problema.

Veja — Que conclusões o senhor tirou até o momento?

Bitzer — Nenhuma. Estamos esperando o inquérito da polícia.

Veja — Mas vocês demoraram para tor-

nar o caso público porque faziam investigações internas.

Bitzer – Erramos. Não chegamos a conclusão nenhuma. Suspeitamos de furto. Quando recebemos a carta anônima pensamos que fosse um caso isolado.

Veja – O que é um caso isolado?

Bitzer – Pensamos que fosse uma chantagem.

Veja – Mas uma cartela com a numeração fictícia foi entregue a vocês junto com a carta. Não era o caso de agir de maneira diferente?

Bitzer – Decidimos aguardar outros contatos, que não chegaram.

Veja – Na verdade, chegaram. A comerciante Maria Aparecida Gonçalves ligou para vocês no dia 1º de junho. Só que ela já estava grávida de um mês.

Bitzer – Isso mesmo.

Veja – Por que essa mulher só foi saber o que tinha ingerido no dia 18 de junho? Nesse intervalo de tempo, ela não dormia

feito por pessoas de má-fé que querem prejudicar o laboratório. A nossa impressão é de que apenas uma quantidade pequena de Microvlar para teste esteja nas farmácias.

Veja – Por que pílulas de farinha foram produzidas pela Schering?

Bitzer – Para testar uma máquina nova de embalagem.

Veja – Como funciona essa máquina?

Bitzer – Primeiro ela coloca o comprimido na cartela. Mais tarde, depois de envolvida por uma bula, a cartela é colocada num envelope. Por fim, sai da máquina uma caixa fechada com cinquenta unidades. Mas em algumas dessas etapas a máquina não funcionou como deveria no período em que foi ao teste, de janeiro a abril.

Veja – O que aconteceu?

Bitzer – A máquina não trabalhou perfeitamente. O processo não terminava com a caixa fechada de cinquenta unidades. Foi preciso que nossos funcio-

Bitzer – Mil e duzentos quilos de comprimidos ou 644 000 cartelas.

Veja – Tudo o que saiu daqui chegou à empresa de incineração?

Bitzer – A quantidade que saiu daqui chegou exatamente ao local para ser incinerado.

Veja – Vocês procuraram a pessoa que presenciou a incineração?

Bitzer – Não. Mas temos certeza de que o processo da Ciba não falhou.

Veja – A Vega Sopave, empresa responsável pelo transporte, nega ter havido roubo da carga.

Bitzer – Confiamos no trabalho deles também.

Veja – Vocês não podiam ter feito um controle prévio?

Bitzer – Depende. Se uma pessoa da linha de produção coloca, dia após dia, uma cartela no bolso e leva embora, não há como controlar.

Veja – A pílula de farinha chegou ao mercado?

Bitzer – Conseguimos encontrar dois comprimidos.

Veja – As mulheres ficaram grávidas tomando o Microvlar?

Bitzer – Não sabemos.

Veja – Como elas podem provar?

Bitzer – Apresentando a cartela.

Veja – Mas a cartela do Microvlar é descartável, portanto deve ir para o lixo após a utilização. Sem a cartela, como vão provar?

Bitzer – Vamos ouvir as pessoas. Se for de nossa responsabilidade, não vamos fugir.

Veja – O ministro da Saúde, José Serra, fala em crime. Foi isso o que aconteceu aqui?

Bitzer – Falsificação é crime. Apenas fizemos um teste. Foi por má-fé que os comprimidos chegaram ao mercado.

Veja – Algum funcionário foi punido ou recebeu alguma advertência?

Bitzer – Não.

Veja – Vocês suspeitam de má-fé dos seus funcionários. Mesmo assim retomaram a produção, depois de cinco dias de interdição do Ministério da Saúde. Não é arriscado trabalhar com a mesma equipe? Não é estranho prosseguir com as mesmas rotinas?

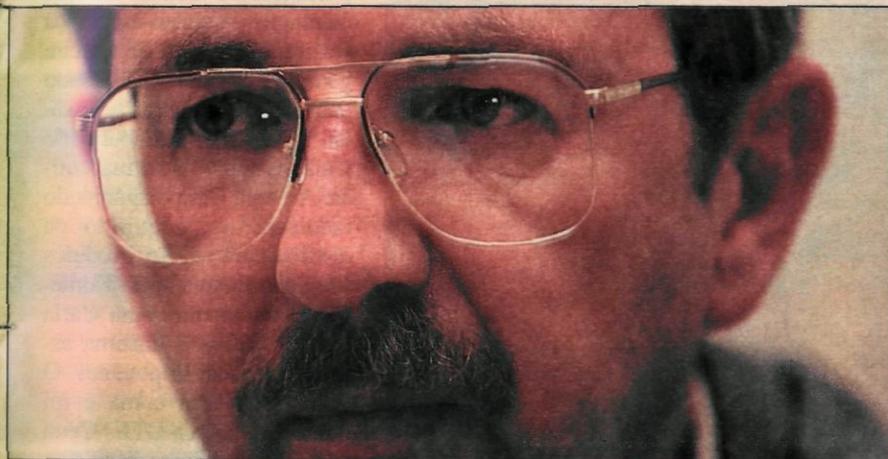
Bitzer – Estaremos colocando câmeras para fiscalizar a produção.

Veja – Vocês farão algo para garantir que seus produtos são de qualidade?

Bitzer – Nossos medicamentos são fabricados sob normas internacionais de qualidade. Não há por que mudar.

Veja – Isso basta para convencer o consumidor?

Bitzer – Vamos mudar a embalagem do Microvlar.



ANTONIO MILENA

tranqüila. Pensava que o comprimido poderia prejudicar a formação do bebê.

Bitzer – A empresa assume que errou.

Veja – A cartela da Maria Aparecida havia saído daqui com números de lote, data de fabricação e prazo de validade que caracterizavam as cartelas de teste. Não bastava colocá-la ao lado de uma verdadeira para perceber a diferença? Não era um processo simples? Não era o caso de avisá-la, no máximo, no dia seguinte?

Bitzer – Falhamos nesse caso, como em todo o processo de comunicação.

Veja – Logo que o caso se tornou público, a empresa afirmou que o material usado para teste havia sido desviado no trajeto entre o laboratório e a Ciba Especialidades Químicas Ltda., empresa responsável pela incineração.

Bitzer – Não descarto a possibilidade de o material ter sido desviado de dentro do laboratório. Suspeitamos que o desvio foi

“Não descarto a possibilidade de o material ter sido desviado de dentro do próprio laboratório”

Rainer Bitzer,
diretor-presidente
da Schering do Brasil

nários colocassem as cartelas danificadas dentro de sacos para posterior incineração.

Veja – Não havia ninguém para fiscalizar o teste da máquina?

Bitzer – Nunca houve. Alguns técnicos vieram da Alemanha apenas para ensinar nossos funcionários a manejar a máquina.

Veja – Por isso suspeitam de furto dentro da empresa?

Bitzer – Correto.

Veja – Quantos comprimidos de farinha foram fabricados para testar a nova máquina?

cagem jornalística da CNN falhou nesse caso”, informava um comunicado da rede televisiva.

No Brasil, assiste-se ao caso das pílulas anticoncepcionais feitas com farinha pelo laboratório Schering do Brasil, subsidiário da empresa alemã Schering AG, para testar uma nova máquina embaladora. Não era uma falsificação, mas as pílulas foram roubadas e alguém as vendeu às farmácias. Resultado: oito mulheres, ao que se sabe até agora, engravidaram enquanto tomavam o anticoncepcional Microvlar. O caso é nebuloso e foi tratado com absoluta inépcia pela Schering. O laboratório levou um mês para avisar a polícia e a Vigilância Sanitária de São Paulo sobre a chegada ao mercado das cartelas de farinha. E só na semana passada publicou nos jornais um comunicado decente para informar as consumidoras potenciais sobre os lotes com problema. Antes disso, a Schering fez anúncios defensivos, mais para se livrar da responsabilidade do que para alertar suas clientes. A presidência da empresa alega não ter feito a denúncia antes porque não queria gerar pânico (veja reportagem nas pág. 42 e 43). Se tivesse tomado as medidas corretas imediatamente, o caso ficaria na esfera em que deveria ter

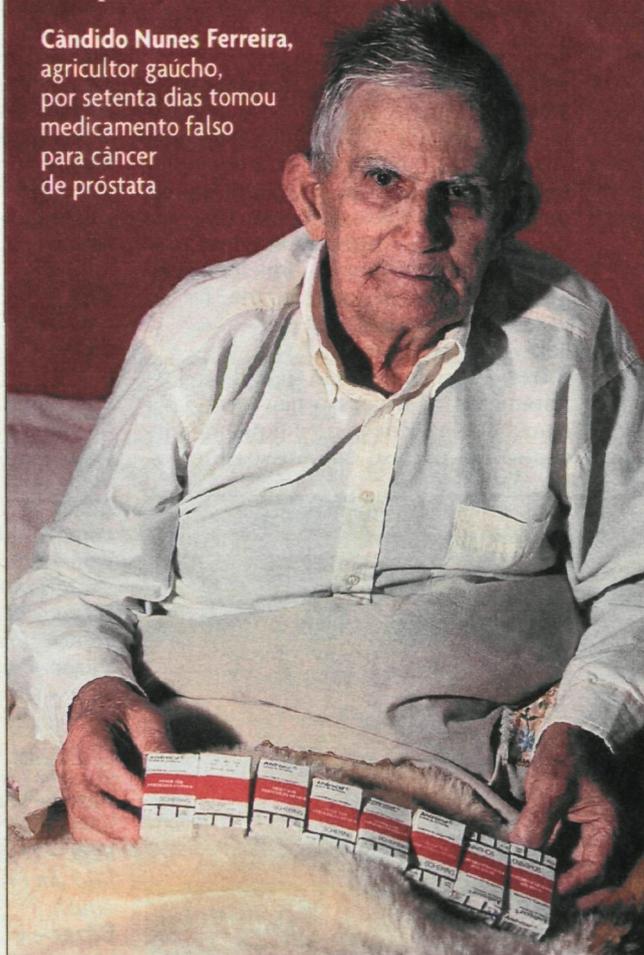
permanecido: um episódio que nada teria a ver com falsificação de remédio por um laboratório.

A falsificação, tal como denunciada pelos especialistas e flagrada continuamente pela polícia, é uma ação muito mais grave. A máfia dos medicamentos fajutos é criativa e usa várias estratégias. O mercado recebe de tudo — drogas que não produzem nenhum efeito contra a doença que dizem tratar, remédios com dosagem de princípio ativo menor do que informa a bula e medicamentos que até possuem o princípio ativo na quantidade correta mas, porque são fabricados em laboratórios piratas, sem nenhuma higiene, não têm qualidade.

“Ana Carla!” — Para piorar a situação, foi-se o tempo em que os falsários tinham predileção por remédios corriqueiros, co-

“Me roubaram a vida. Esses criminosos não podem fazer isso com pessoas doentes, que têm fé nos medicamentos que tomam. São pessoas sem consideração”

Cândido Nunes Ferreira,
agricultor gaúcho,
por setenta dias tomou
medicamento falso
para câncer
de próstata



EDISON VARRA

mo os antigripais ou analgésicos. Hoje, graças à prosperidade da indústria ilegal, os mafiosos estão mais sofisticados. Gananciosos, só fraudam os medicamentos do topo da lista dos mais consumidos — de preferência os mais caros. O alvo preferencial das quadrilhas são os antibióticos. De cada 100 remédios fajutos, trinta pertencem a essa categoria. Ministrado em dosagens abaixo das ideais, um antibiótico, além de não resolver nada, pode criar uma cepa de micróbio resistente à medicação. Quando é só farinha, pode levar à morte. Mesmo em quantidades corretas, mas em embalagens mentirosas, os riscos existem. Os mafiosos não se importam naturalmente com detalhes como prazos de validade vencidos, falta de higiene e contaminações dos remédios que embalam.

Já se contam as primeiras vítimas fatais dessas gangues. No dia 11 de junho,

Ana Carla completaria 1 ano de vida. Em 25 de abril, aos dez meses, a menina morreu por falência de múltiplos órgãos, meningite, pneumonia e infecção generalizada, na Santa Casa de Valença, no interior do Estado do Rio. Carlos e Iracema do Nascimento perderam sua única filha. Com infecção pulmonar, a menina foi internada por quatro dias na Santa Casa. Recebeu alta numa terça-feira. No domingo, teve febre novamente. Voltou para o hospital. O quadro era mais grave. A pequena Ana Carla estava com pneumonia dupla. “A cada dia tínhamos uma surpresa diferente”, lembra a mãe, operária numa fábrica de fios têxteis. Além da pneumonia, a menina contraiu meningite. A única esperança era um antibiótico de terceira geração, potentíssimo, usado para casos de infecção hospitalar, a Trioxina, do laboratório União Química e Farmacêutica. A Santa Casa dispunha do medicamento, adquirido da distribuidora MPSA Produtos Médicos Hospitalares. Começou o tratamento. Ana Carla piorou. Carlos e Iracema assistiam a tudo, impotentes. O bebê entrou em coma e foi transferido para a UTI. “Certa vez, a enfermeira disse que minha filha estava abrindo os

olhos”, lembra Iracema. “Eu chamei: ‘Ana Carla! Ana Carla!’ Com os olhos caídos, ela deu um grito e chorou”, conta a mãe. A garotinha morreu doze dias depois de ser internada.

“Se fosse tratada com o antibiótico de verdade, as chances de Ana Carla ser curada seriam enormes”, atesta o médico Alexandre Alder, professor de microbiologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. “Com o antibiótico falso, a morte toma a dianteira.” “Esses bandidos não respeitam ninguém”, diz o pai de Ana Carla. “Será que eles não imaginam que um dia a família deles pode parar também num hospital e acabar sendo medicada com remédio falso?” No dia 6 de maio, a polícia localizou a distribuidora do remédio falso em Petrópolis e prendeu seus donos, Sérgio Magalhães, de 49 anos, e Sérgio Magalhães Filho, de 25 anos. A em-

presa funcionava na casa de Sérgio, o filho, sem registro na Secretaria de Saúde nem farmacêutico responsável.

A indústria da fraude prospera porque tem três componentes fundamentais a seu favor: mercado, preço e mansidão dos fiscais. O Brasil é um país de bocas ávidas por remédios, o quarto maior consumidor do mundo. "Sofre-se aqui de uma medicalização excessiva. Ingere-se remédio para tudo", diz o médico Jorge Bermudez, coordenador do núcleo de assistência farmacêutica da Escola Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro. Para piorar, na maioria dos casos, tomam-se medicamentos sem nenhuma orientação médica. Vantagem para os falsários, a automedicação é um perigo para quem a pratica. Quando leigos compram um medicamento por conta própria, não dispõem de informações sobre o tempo que a droga leva para fazer efeito e suas reações adversas. "Sem esse conhecimento, não se consegue detectar se um sintoma adverso é ou não falha do remédio", diz o médico Felix Rosenberg, diretor do Instituto Nacional de Controle e de Qualidade em Saúde. Quanto aos preços, a indústria da fraude acabou se beneficiando sobretudo a partir de 1990, quando foi suspenso o tabelamento dos preços e a indústria farmacêutica aumentou o valor de venda dos medicamentos. Mais caros, entraram na mira dos bandidos, que passaram a fazer seus negócios oferecendo drogas mais baratas.

Mascates — Mesmo laboratórios sérios adquiriram em solo brasileiro um vício terrível: o do marketing selvagem. Explica-se: enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, os propagandistas de laboratórios no máximo organizam congressos e feiras, aqui eles são verdadeiros mascates das novidades farmacêuticas. Com pastas recheadas de remédios na forma de amostras grátis, vão de consultório em consultório distribuindo sua carga. Dos 10 bilhões de reais faturados pelo setor farmacêutico, 7% são reinvestidos na produção



"Eu perdi minha filha para essa máfia. Será que eles não pensam que ameaçam a vida da própria família?"

Carlos Nascimento, pai de Ana Clara, morta aos 10 meses, depois de ser tratada de pneumonia com remédio inócuo



Sérgio Magalhães, preso por fornecer antibiótico falso: bebê morto

de 100 produtos farmacêuticos, 85 são comercializados pelas distribuidoras. "É uma característica de mercado que favorece a ação dos falsificadores", atesta a secretária nacional de Vigilância Sanitária, Marta Nóbrega. O ideal seria que a indústria vendesse seus produtos diretamente às farmácias. É assim nos Estados Unidos, e não por luxo. Com a entrada em cena da figura do distribuidor, é mais gente mexendo e estocando remédios, sem controle sobre a origem deles. Ampliam-se os espaços para a fraude. Depois que os remédios passam pela distribuidora, fica mais difícil rastrear a ação dos fraudadores.

de amostras grátis. Se as amostras ficassem com os médicos, nenhum problema. Mas o que acontece é que muitos propagandistas revendem suas amostras a preços de ocasião para os falsários. Em geral, embalagens com prazo de validade vencido, ou rasgadas, ou armazenadas em condições precárias. As quadrilhas adoram. Adquirem as drágeas, ou vidros, ou ampolas, e, então, vale a criatividade. Os mais cínicos limitam-se a raspar da embalagem a inscrição "amostra grátis", bem como o prazo de validade, número de lote e data de fabricação. Os mais sofisticados preferem reembalar as drogas — sabe-se lá em que condições de higiene.

"No final, essas fraudes têm um só destino: os distribuidores", afirma o doutor Zanini, da USP. São empresas que, na sua versão honesta, servem para fazer o elo entre a indústria e o mercado varejista. De ca-

Vida roubada — No final do ano passado, a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul realizou uma licitação para a compra de 7 500 caixas de Androcur, medicamento da Schering do Brasil, para o tratamento de câncer de próstata. Ganhou a Ação Distribuidora de Medicamentos, com sede em Belo Horizonte. O governo gaúcho pagou pela encomenda 284 000 reais. O fabricante oficial do remédio também participara da concorrência e estranhou o preço proposto pela distribuidora Ação. Os especialistas da Schering, desconfiados, conferiram o número de lote do medicamento entregue: 351. Só que o laboratório jamais produziu remédios com esse número. Depois de tirada uma amostra e enviada para análise no Instituto Nacional de Controle e de Qualidade em Saúde, a comprovação: o Androcur

distribuído para todo o Estado do Rio Grande do Sul era fajuto. Farinha pura. Quando indiciado pela polícia, por venda de remédios falsos, o proprietário da Ação Distribuidora, José Celso Machado de Castro, alegou ter comprado o anticancerígeno de outras duas distribuidoras, ambas no interior paulista: a Canaã e a Symbolus. A polícia foi atrás das duas empresas. Elas não existiam.

Seria simples. Põe-se os bandidos na cadeia, fecha-se a distribuidora e ponto. Mas a fraude deixou vítimas. Era 1997, véspera de Natal. O agricultor gaúcho Cândido Nunes Ferreira, de 82 anos, iniciou a segunda etapa do tratamento de um câncer de próstata com o Androcur. Desde setembro, Ferreira tomava a droga, fornecida pela Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul. Na medida do possível, vinha convivendo bem com a doença. Continuava a cuidar da pequena lavoura do sítio em que mora, a ordenhar as vacas e, a bordo do Fusca cinza 1984, a visitar os três filhos, oito netos e cinco bisnetos — seu programa favorito. Em 10 de janeiro, o agricultor começou a passar mal. Os calafrios, tremores e febre eram insuportáveis. Internado às pressas, no Hospital São Lucas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Ferreira teve de ser submetido à colocação de uma sonda, sem a qual ele não consegue urinar. Em menos de dois meses, o tumor triplicou de

tamanho. Ganhou a uretra e o pulmão. Ninguém entendia o que estava acontecendo. Zeloso de sua saúde, Ferreira sempre tomou o Androcur conforme a prescrição médica — três comprimidos ao dia, de oito em oito horas. Mais tarde se descobriria: a droga pertencia ao lote 351. Desde então, o agricultor praticamente não sai da cama. Os cuidados com a horta e os animais e as visitas à família foram substituídos por dias inteiros defronte da televisão. “Me roubaram a vida”, desespera-se. “Esses bandidos não têm consideração. Não podem fazer isso com pessoas doentes, que tomam os remédios com fé.”

Segurança — O último dos ingredientes que facilita a fraude é a falta de fiscalização. “Nós não temos sequer um cadastro nacional com a lista dos medicamentos que cada laboratório está autorizado a fabricar”, reclama Luiz Felipe Kunz Júnior, coordenador da vigilância sanitária de Porto Alegre. O Brasil dispõe de apenas vinte técnicos para registrar todo e qualquer tipo de medicamento, 1 400 inspetores para controlar 400 laboratórios, 7 000 distribuidoras de remédios, 55 000 farmácias e 600 portos e aeroportos. “O problema é que a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, é medieval, embora a indústria farmacêutica seja de país desenvolvido”, define o psicofarmacologista Elisaldo Carlini, professor da



“Procurei o laboratório para descobrir o que eu havia tomado, e eles não me informaram. Eu temia pela saúde de meu bebê”
Maria Aparecida Gonçalves
(primeira à esq.)

O que os laboratórios estão fazendo para evitar as fraudes...

Na indústria farmacêutica, o principal calcanhar-de-aquiles é a fraude. Vários laboratórios já se estão cercado de cuidados. É o caso do Schering-Plough (não confundir com o Schering do Brasil), que em trinta dias colocará nas prateleiras das farmácias as primeiras embalagens do Eulexin, um medicamento para câncer de próstata, marcadas com um selo holográfico, muito mais difícil de falsificar. A mesma medida vem sendo usada pelo último grande sucesso da indústria farmacêutica, o Viagra, um remédio contra a impotência fabricado pela Pfizer. Todas as caixas do Viagra têm, além do selo holográfico, dois lacres adesivos. Outro exemplo é o do remédio antiasma Aerotide, da Glaxo Wellcome, cuja embalagem dispõe de nada menos que onze dispositivos de segurança (veja quadro ao lado).

Como o remédio antiasma é embalado de modo a dificultar a cópia

Dois selos invioláveis, no topo e na base da embalagem, impedem que a caixa seja aberta sem ser danificada

Nos dois lacres de segurança constam números que identificam a embalagem



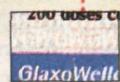
Na lateral da caixa, um código de barras acompanhado de uma seqüência numérica facilita a leitura por computador para controle do medicamento



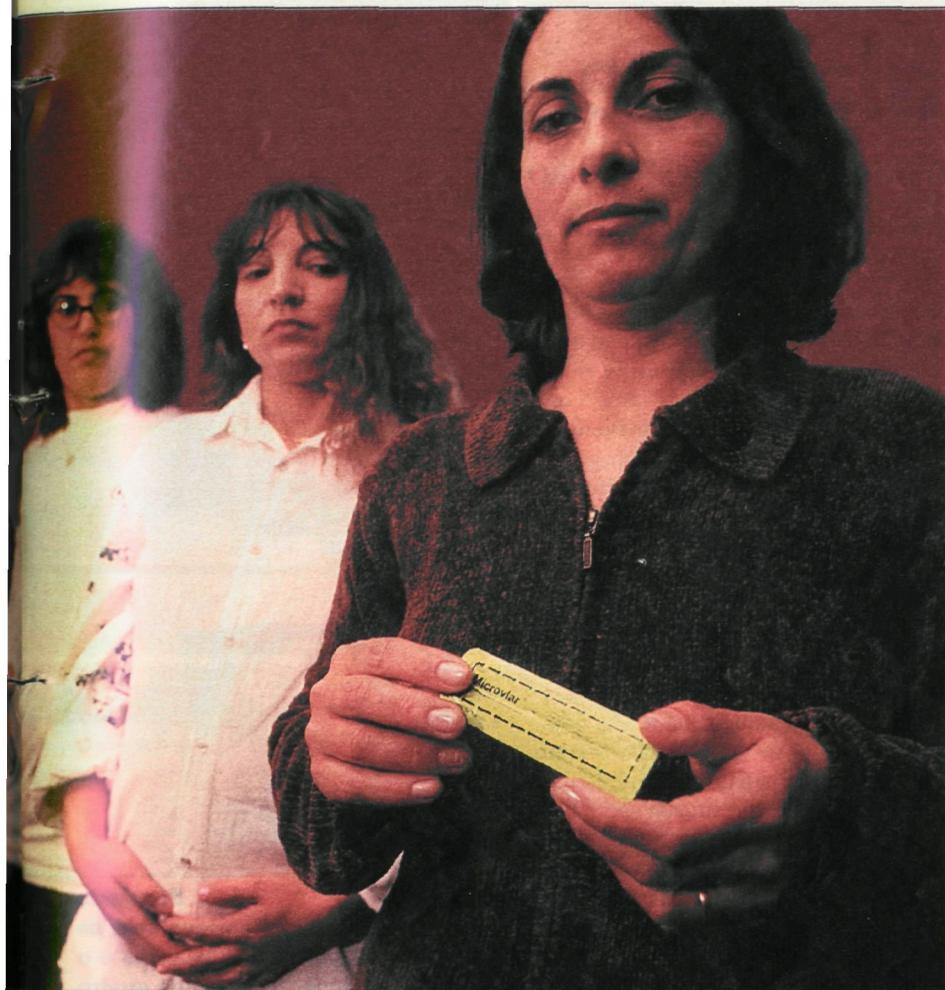
A droga vem acondicionada em um tubo de alumínio lacrado que garante a inviolabilidade do medicamento



Uma seqüência numérica identifica o recipiente que contém o remédio



Todas as embalagens são impressas em papelão cinza-claro, tendo ao fundo, em branco, as iniciais do laboratório



Universidade Federal de São Paulo. Ele fala com a autoridade de quem chefiou o órgão durante quase dois anos, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1996. "Eu me sentia um Luís XIV caboclo."

Na semana passada, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei que prevê punições mais severas para os falsificadores de remédios. Quando as empresas de fitas de videocassete decidiram acabar com as cópias piratas de seus produtos, que infestavam as prateleiras das videolocadoras, chamaram a polícia, fizeram esclarecimentos à população sobre as vantagens de comprar o produto original, mesmo que a um custo maior, e trataram, elas mesmas, de aperfeiçoar instrumentos contra a fraude. Passados seis anos, todas as fitas originais têm um selo de segurança que garante a autenticidade do produto, a pirataria, que vinha crescendo, foi reduzida, e nos grandes centros urbanos reprimiu-se o comércio ilegal. Se isso pode ser feito no setor de entretenimento, por que não no setor farmacêutico? Uma boa notícia para encerrar: vários laboratórios estão desenvolvendo embalagens com mecanismos à prova de fraude. Custa caro. Mas vale a pena. ■

Rodrigo Cardoso e Glenda Mezarobba, de São Paulo, Silvio Ferraz e Ronaldo França, do Rio de Janeiro, Esdras Paiva e Sandra Brasil, de Brasília, e Rodrigo Vieira da Cunha, de Porto Alegre

FREDERIC JEAN

...e o que devem fazer quando o pior já aconteceu

Qualquer empresa lida, direta ou indiretamente, com interesses públicos — é isso que torna seus produtos atraentes a esta ou àquela fatia da população. Assume responsabilidades e, portanto, está sujeita a reveses. Pode ser sabotagem, falta de cuidado e escrúpulo de algum funcionário, falhas do fornecedor, problemas mecânicos. As formas e o tamanho das crises são variados, e apenas uma certeza existe: as empresas correm o risco de, cedo ou tarde, deparar com uma delas. O que diferenciará uma empresa de outra será a maneira como cada uma se comportará diante da crise. Gigantes empresariais como a Nestlé, a Johnson & Johnson, a Rhodia ou a rede de televisão CNN (*leia reportagem na pág. 55*) já mostraram que é possível minimizar os efeitos de um incidente sobre a credibilidade da corporação. Seus exemplos inspiraram o sur-

gimento de consultorias especializadas em "gerenciamento de crise", uma modalidade de comunicação empresarial para os momentos difíceis. O consultor Fábio Steinberg, presidente da Hill & Knowlton Brasil, elaborou a pedido de VEJA um pequeno manual sobre como devem comportar-se as empresas depois que o mal está feito. Os principais pontos:

Divulgar com rapidez as informações confirmadas — As primeiras horas são as mais críticas e as empresas em geral pecam pelo excesso de tempo que levam para agir. Pior do que isso só uma comunicação falsa, incompleta ou baseada em rumores.

Coordenar esforços com as autoridades — Principalmente quando se trata de um problema comunitário ou que afete diretamente a vida de pessoas, é indispensável manter as autoridades

responsáveis informadas e integradas sob uma única mensagem.

Explicar o problema e partir para a ação — É preciso implantar um programa de relações com a imprensa e a comunidade para apresentar o incidente e sua repercussão. As informações sobre o que está sendo feito para estabilizar a situação devem ser passadas com rapidez e com frequência.

Informar todos os públicos, ajustando a mensagem a cada audiência — Ninguém deve ser deixado de fora, mas não adianta falar com donas de casa usando termos técnicos. Por outro lado, os especialistas afetados pelo problema esperam uma comunicação completa e eficiente.

Nunca mentir ou dizer meias verdades — Por mais difícil que seja, honestidade e sinceridade são as melhores ferramentas de longo prazo para superar uma crise.